

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.209 - SP (2020/0043642-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS - SP315972
AGRAVADO : EURICO DANTE
ADVOGADOS : FABRÍCIO ASSAD - SP230865
LUCIANA MARQUES DE ARAUJO - SP254335

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.

Descabimento da suspensão da execução.

A homologação nos autos do Recurso Extraordinário 632.212, pelo Ministro Gilmar Mendes, apenas diz respeito ao objeto daquele recurso, qual seja, o Plano Collor II.

A presente demanda refere-se ao Plano Verão.

Ausência de cláusula no acordo coletivo homologado acerca da suspensão das execuções individuais em curso.

Recurso provido.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 240, 313, 485, 783, 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil (CPC) de 2015 e os artigos 95, 97 e 98 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC).

Pretende a suspensão do feito.

Primeiramente, registro que o Recurso Especial 1.438.263/SP, Relator Ministro Raul Araújo, foi afetado (conjuntamente com os Recursos Especiais 1.361.872/SP e 1.362.022/SP) para julgamento da controvérsia referente à legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual (Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça - STJ, por maioria, julgamento 28.5.2019, DJe 7.6.2019).

Superior Tribunal de Justiça

Ao determinar a suspensão de recursos que versem sobre a mesma controvérsia (Resolução STJ n. 8, de 2008, artigo 2º, § 2º; CPC de 2015, artigo 1.036), o Ministro Raul Araújo esclareceu que "a suspensão não abrange os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16.798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada".

Conforme assinalado pelo Ministro Raul Araújo, "a suspensão abrange todos os Recursos Especiais e Agravos em Recursos Especiais em trâmite nos Tribunais de Segunda Instância ou no Superior Tribunal de Justiça, nos quais a questão acima destacada, seja na fase de liquidação ou de cumprimento de sentença, tenha surgido e ainda não tenha recebido solução definitiva, com o trânsito em julgado" (Decisão singular de 26.6.2019, DJe 1º.8.2019).

No caso, a parte credora propôs execução do título oriundo da ação civil pública proposta em 29.3.1993 pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) em desfavor do BANCO DO BRASIL S.A., feito distribuído à 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF (autuado sob o nº 1998.01.1.016.798-9), com trânsito em julgado em 27.10.2009.

A suspensão determinada nos autos do Recurso Especial 1.438.263/SP, como se vê, não abrange o caso concreto.

Adiciono que o Ministro Gilmar Mendes, nos autos do Recurso Extraordinário 632.212/SP, reconsiderou a determinação de suspensão nacional dos processos relativos a expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor II (julgamento em 9.4.2019, DJe 12.4.2019). Fique registrado, aliás, que o alcance da aludida decisão suspensiva (por 24 meses) estava circunscrito a processos versando sobre diferenças de correção monetária de valores mantidos em contas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários advindos da implementação do plano Collor II, questão específica que não é discutida nos presentes autos (os quais abrangem outro plano econômico-governamental: Verão, janeiro de 1989).

Acrescento que, nos autos do Recurso Extraordinário 626.307/SP (com

repercussão geral e que trata da cobrança de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança em razão de expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser, 1987, e Verão, 1989), a Ministra Cármen Lúcia, Relatora, indeferiu pedido de suspensão nacional de todas as liquidações e execuções que postulam o recebimento dos expurgos inflacionários decorrentes dos Planos “Bresser” e “Verão”, incidentes sobre as cadernetas de poupança (julgamento 28.3.2019, DJe 25.4.2019).

Relevante sublinhar, ainda, que o Ministro Ricardo Lewandowski, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 165/DF (em que se pretende obter a declaração de constitucionalidade dos planos governamentais de estabilização econômico-monetária Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II), em decisão proferida em 11.4.2019 (DJe 16.4.2019), esclareceu que "não foi determinada, nestes autos, a suspensão de ações relativas aos planos econômicos. Por não estar prevista no acordo, reputo incabível tal suspensão, conforme já esclareci, detalhadamente, no voto de homologação do acordo coletivo, ao qual ora me reporto".

Afasto, portanto, a pretensão de sobrestamento do andamento processual.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora